



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Ref.

Autos nº 0600461-73.2024.6.21.0070 - Recurso Eleitoral

Procedência: 070ª ZONA ELEITORAL DE GETÚLIO VARGAS

Recorrente: ELEICAO 2024 - FABIO MONTEMEZZO - VEREADOR

Relator: DES. ELEITORAL LEANDRO PAULSEN

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÃO 2024. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO A VEREADOR. JULGAMENTO EM PRIMEIRO GRAU PELA DESAPROVAÇÃO POR EXCESSO DE AUTOFINANCIAMENTO. IRREGULARIDADE INFERIOR A R\$ 1.064,10, QUE PERMITE A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. ADEQUAÇÃO DA MULTA. PARECER PELO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO, A FIM DE QUE AS CONTAS SEJAM APROVADAS COM RESSALVAS.

Exmo. Relator:

Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul:

Trata-se de recurso eleitoral interposto por FABIO MONTEMEZZO, diplomado [suplente](#) ao cargo de vereador de Erebangó, contra sentença que julgou **desaprovadas** suas contas relativas à arrecadação e aos gastos para a campanha na Eleição 2024, em cujo dispositivo se lê:

Isso posto, DESAPROVO as contas do candidato FABIO MENTEMEZZO, relativas às Eleições Municipais de 2024 em Erebangó, nos termos do inciso III do artigo 30, da Lei n. 9.504/97, ante os fundamentos declinados, bem como APLICO MULTA de 100% (cem por cento) sobre a quantia em excesso: **R\$ 573,44** (quinhentos e setenta e três Reais e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

quarenta e quatro centavos), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, forte no §3º do artigo 23, da Lei n. 9.504/97. Acrescendo-se ao total da condenação atualização monetária e juros moratórios, calculados com base na taxa aplicável aos créditos da Fazenda Pública, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do efetivo recolhimento, nos termos dos §§ 4º e 5º, do artigo 31, da Resolução TSE n. 23.607/19. (ID 45857248 - grifos acrescidos)

Não obstante a manifestação do órgão ministerial de primeiro grau pela aprovação com ressalvas (ID 45857246), as contas foram desaprovadas em razão de irregularidade detectada pelo setor técnico em parecer conclusivo (ID 45857244), referente ao excesso de autofinanciamento.

No recurso, **o candidato pede a reforma da sentença** para que sejam **aprovadas com ressalvas as contas e reduzida a multa**, alegando que devem incidir os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, considerando que o valor irregular é módico.

Após, foram os autos encaminhados a esse egrégio Tribunal, deles dando-se vista ao Ministério Público Eleitoral para elaboração de parecer.

O recurso merece **parcial provimento**, pelas razões adiante expostas, na mesma linha da manifestação ministerial de primeiro grau.

No caso concreto a irregularidade alcança **valor (R\$ 573,44) inferior ao patamar definido pelo legislador para se exigir contabilização** (1.000 UFIR, segundo o art. 27 da Lei 9.504¹ - correspondente atualmente a R\$ 1.064,10) e que foi, por isso, **adotado pela jurisprudência como valor até o qual a falha não**

¹ Art. 27. Qualquer eleitor poderá realizar gastos, em apoio a candidato de sua preferência, até a quantia equivalente a um mil UFIR, não sujeitos à contabilização, desde que não reembolsados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

justifica a desaprovação.

Nesse sentido é o entendimento pacífico e atual dessa egrégia Corte Regional:

(...) No contexto da prestação de contas, convém ressaltar o seguinte entendimento desse e. Tribunal: **'não ultrapassado o parâmetro de R\$ 1.064,10 ou 10% do total auferido em campanha, as contas podem ser aprovadas com ressalvas**, mitigando o juízo alcançado na origem, mediante aplicação dos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. (...)

(TRE-RS, REI nº 060029574, Relatora: Des. Elaine Maria Canto da Fonseca, Publicação: 15/06/2023 - *grifos acrescidos*)"

Por outro lado, **considerando que a irregularidade abrange parcela significativa (26,4%) do montante arrecadado** e levando em conta a **necessidade de preservação do caráter punitivo da sanção** que, como visto acima, atinge quantia módica, **mostra-se adequada a fixação da multa em 100% do limite extrapolado.**

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **parcial provimento** do recurso, a fim de que a sentença seja reformada para que sejam **aprovadas com ressalvas** as contas, com manutenção da multa fixada em 100% sobre a quantia em excesso (R\$ 573,44).

Porto Alegre, data da assinatura eletrônica.

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI

Procurador Regional Eleitoral Auxiliar

RN